

## Modelo de Parecer desfavorável do Órgão Estadual de Defesa Civil

**GOVERNO DO ESTADO DE** **DE** **Inserir o nome do Estado.**  
**Inserir o nome do órgão estadual de defesa civil**

PARECER TÉCNICO Nº: **Inserir o nº do Parecer**

**Interessado:** Governo do estado de **[inserir o nome do estado]**

**Assunto:** Decretação e reconhecimento de situação de emergência/estado de calamidade pública

**Referência:** **inserir o nº do decreto estadual**

**Desastre:** **Inserir o nome do desastre seguido do número da COBRADE (conforme IN/MI nº 1/2012)**

### DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Consoante preceitua a **[inserir a fundamentação legal (Instrução Normativa nº 01/2012, do Ministério da Integração Nacional)]**:

A situação de emergência ou o estado de calamidade pública serão declarados mediante decreto do Prefeito Municipal, do Governador do Estado ou do Governador do Distrito Federal.

A decretação se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas;

Nos casos em que os desastres forem resultantes do mesmo evento adverso e atingirem mais de um município concomitantemente, o Governador do Estado poderá decretar a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, remetendo os documentos à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para análise e reconhecimento caso necessite de ajuda Federal.

O presente desastre atingiu os municípios de **[inserir o nome dos municípios]**

O reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública pelo Poder Executivo Federal dar-se-á mediante requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre.

O requerimento para fins de reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública deverá ser acompanhado de parecer do órgão Municipal, Distrital ou Estadual de Proteção e Defesa Civil, fundamentando a decretação e a necessidade de reconhecimento federal.

### DA ANÁLISE

A presente documentação foi analisada com base nos critérios definidos na **[inserir a fundamentação legal (IN/MI nº 01/2012)]**. Após a leitura constatou-se que:

**Inserir os itens que estão em desacordo com a IN/MI nº 01/2012**

1. A documentação obrigatória **[inserir o(s) nome(s) do(s) documento(s) faltante(s)]** constante do **[inserir a fundamentação legal (inciso(s)... do §3º do artigo 11 ou artigo 12 - sumário)]** não foi preenchida;

ou

## Modelo de Parecer desfavorável do Órgão Estadual de Defesa Civil

1. A documentação obrigatória constante do [inserir a fundamentação legal (§3º do artigo 11 ou artigo 12 - sumário)] foi preenchida, mas não contém as informações necessárias para a análise técnica;

2. Os danos informados no(s) Formulário(s) de Informações do Desastre – FIDE do(s) município(s) de [inserir o(s) nome(s) do(s) município(s)] não são relativos ao fenômeno causador do presente desastre;

ou

2. Os danos informados no(s) Formulário(s) de Informações do Desastre - FIDE do(s) município(s) de [inserir o(s) nome(s) do(s) município(s)] são relativos ao fenômeno causador do presente desastre, mas não se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos [inserir a fundamentação legal (parágrafos 1º a 3º do artigo 4º (se S.E) ou 1º a 3º do artigo 5º (se E.C.P))];

3. Os prejuízos econômicos [inserir públicos ou privados, conforme o caso] informados no(s) Formulário(s) de Informações do Desastre - FIDE do(s) município(s) de [inserir o(s) nome(s) do(s) município(s)] não são relativos ao fenômeno causador do desastre;

ou

3. Os prejuízos econômicos [inserir públicos ou privados, conforme o caso] informados no(s) Formulário(s) de Informações do Desastre - FIDE do(s) município(s) de [inserir o(s) nome(s) do(s) município(s)] são relativos ao fenômeno causador do desastre, mas não se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos [inserir a fundamentação legal (parágrafos 4º ou 5º do artigo 4º (se S.E) ou 4º ou 5º do artigo 5º (se E.C.P))].

4. Os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso no(s) município(s) de [inserir o(s) nome(s) do(s) município(s)] não implicaram no comprometimento da capacidade de resposta econômica e(ou) administrativa do poder público municipal;

5. O prazo para envio da documentação solicitando o reconhecimento, estabelecido no [inserir a fundamentação legal (§2º do artigo 11)] foi descumprido sem justificativa;

6. Outros - ex.: O fenômeno adverso alegadamente causador do desastre declarado no(s) município(s) de [inserir o(s) nome(s) do(s) município(s)] não ocorreu.

### DA CONCLUSÃO

Inserir um dos textos abaixo, conforme o caso:

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos na [inserir a fundamentação legal (IN/MI nº 01/2012)] para a decretação e para a solicitação de reconhecimento federal, relativas ao(s) município(s) de [inserir o(s) nome(s) do(s) município(s)], não foram cumpridos.

Desta forma, sugere-se a devolução da documentação ao Senhor Governador para:

1. Tornar sem efeito quanto ao(s) município(s) de [inserir o(s) nome(s) do(s) município(s)], o Decreto [inserir o nº do decreto estadual] que declara Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública;
2. Remessa da documentação relativa aos demais municípios à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para fins de reconhecimento.

## Modelo de Parecer desfavorável do Órgão Estadual de Defesa Civil

OU

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos na [inserir a fundamentação legal (IN/MI nº 01/2012)] para a decretação no(s) município(s) de [inserir o(s) nome(s) do(s) município(s)] foram cumpridos. Todavia, os requisitos para a solicitação de reconhecimento federal não foram cumpridos.

Desta forma, sugere-se a devolução ao Senhor Governador para arquivamento da documentação relativa a estes municípios, esclarecendo que a declaração em relação a eles é válida em nível estadual e assegura a prática de todos os atos administrativos do chefe do poder executivo, necessários ao atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas pelo desastre.

Sugere-se ainda, a remessa da documentação relativa aos demais municípios à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para fins de reconhecimento.

É o parecer.

Inserir o local, Inserir o dia de Inserir o mês de Inserir o ano.

Inserir o nome do responsável pelo órgão estadual de defesa civil

Inserir o cargo